ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH 3604

Presidente da Mesa Diretora: Carlos Welth Pimenta de Figueiredo

Espécie: Resolução

Categoria: Títulos de Insigne Benfeitor de Montes Claros

Autoria: Artur Luiz Ferreira Leite

Data: 13/02/1990

Descrição Sumária: RESOLUÇÃO Nº 03/90, de 21/02/1990. Concede o Título de Insigne Benfeitor de Montes Claros ao doutor Mário Genival Tourinho.

Controle Interno – Caixa: 7Q **Posição:** 07 **Número de folhas:** 06

RESOLUÇÃO 03/90,
DE 21.02.90

Câmara Municipal de Montes Claros

Espécie: PR
Categoria: Título Insigne Benfeitor
CL: 90
Ordem: 07
nº fls: 04

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº ____

Autor: Vereador Artur Luiz Ferreira Leite

Assunto:-

Concedendo o título de Insígne Benfeitor Montes-clarense ao Dr. Mário Genival Tourinho

Caixa

MOVIMENTO

1 Recebido em 13.02.90
2 À Comissão Especial em 13.02.90
3 Aprovado em 20.02.90.
4 Promulgada em 20.02.90.
5 Enviada p/ publicação - 21.02.90.
6 Arquive-se.
7 Entregue em 09.03.90.
8
9
10

Câmara Municipal de Montes Claros

- CONSTITUINTE MUNICIPAL -

RESOLUÇÃO Nº 03/90, de 21 de fevereiro de 1990.

Outorga título de Insígne Benfeitor

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução :

Art. 1º - Fica outorgado ao Ilmo. Sr. Dr. Mário Genival Tourinho o título de Insígne Benfeitor Montesclarense , traduzindo o reconhecimento da comunidade de Montes Claros pelos relevantes serviços prestados a este Município pelo referido cidadão.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Montes Claros, 21 de fevereiro de 1990.

Carlos Welth Pimenta Figueiredo
Presidente da Câmara

Marlene Tavares Cardoso
1ª Secretária

Jorge Toden, SAID, Claudio

Câmara Municipal de Montes Claros

- CONSTITUINTE MUNICIPAL -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº_____

Outorga título de Insígne Benfeitor.

A Câmara Municipal de Montes Claros (MG) aprova e eu promulgo a seguinte Resolução :

Artigo 1º - Fica outorgado ao Ilmo. Sr. Dr. Mário Genival Tourinho o título de Insígne Benfeitor Montes clarense, traduzindo o reconhecimento da comunidade montes - clarense pelos relevantes serviços prestados a este Município pelo referido cidadão.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 13 de fevereiro de 1990.

Vereador Artur Luiz Ferreira Leite

JUSTIFICATIVA - Curriculum anexo.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
EM 20 DE janeiro DE 1990
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
PROMULGADO, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
EM 20 DE janeiro DE 1990
PRESIDENTE

A Lei Orgânica do nosso Município é de Responsabilidade de todos participe de sua elaboração

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE ESPECIAL
EM 13 DE fevereiro DE 1990
PRESIDENTE

Acredito que esta é uma das mais justas homenagens que esta Câmara poderá proporcionar a

20/02/90

GENIVAL TOURINHO É UMA LEGENDA EM MONTES CLAROS. BALUARTE DA OPOSIÇÃO, NOS TERRÍVEIS TEMPOS DA DITADURA, FEZ HISTÓRIA TAMBÉM EM FAVOR DA EMANCIPAÇÃO DE MONTES CLAROS. MERECE A HOMENAGEM.

BGF
20/02/90

Monteiro Tourinho, foi interventor no Paraná entre 1930 e 1932, substituindo o irmão Plínio Alves. Seu irmão Luís Tourinho foi deputado federal de 1955 a 1959.

Sentou praça na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em março de 1931. Declarado aspirante-a-oficial da arma de engenharia em dezembro de 1934, foi classificado no 1º Batalhão de Sapadores, sediado em Curitiba, participando da construção da rodovia Curitiba–Ribeira (SP).

Promovido a segundo-tenente em setembro de 1935, foi destacado para atuar na construção da rodovia Curitiba–Joinvile (SC). Em maio de 1937 tornou-se primeiro-tenente, sendo designado para servir no 2º Batalhão de Pontoneiros, sediado em Cachoeira do Sul (RS). Em maio de 1940 foi promovido a capitão e transferido para a 5ª Brigada de Engenharia, em Curitiba. Foi instrutor-chefe de engenharia no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba e viajou aos Estados Unidos, onde freqüentou o curso de instrução para oficiais durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Alcançou a patente de major em março de 1946, ano em que cursou a Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Em seguida estagiou na Diretoria de Engenharia, também na capital federal, e foi designado adjunto da Comissão Militar de Rodovias nº 5, em Curitiba. Em junho de 1952 foi promovido a tenente-coronel e em abril de 1961 a coronel.

General-de-brigada em novembro de 1966, foi nomeado pelo presidente Artur da Costa e Silva (1967-1969) para substituir o general Moacir Barcelos Potiguara no Comando Militar da Amazônia. Empossado em maio de 1967, exerceu o cargo até fevereiro de 1968, quando o transferiu para o general Edmundo da Costa Neves. Em março de 1971 foi promovido a general-de-divisão, assumindo em maio desse mesmo ano o comando da 5ª Região Militar e da 5ª Divisão de Infantaria, sediadas em Curitiba, que exerceu até junho de 1972. Durante o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) teve, em maio de 1974, seu nome cogitado por autoridades militares paranaenses para disputar o pleito indireto para o governo do Paraná na legenda da Aliança Renovadora Nacional (Arena). A escolha, no entanto, recaiu em Jaime Cannet Júnior, eleito pela Assembléia Legislativa paranaense em outubro de 1974 e empossado em março de 1975.

Designado em maio de 1976 para substituir o general Válter de Meneses Pais no comando da Escola Superior de Guerra (ESG), exerceu a função até janeiro de 1978, quando foi substituído pelo general José Fragomeni. Nesse mesmo mês sucedeu ao general Carlos Alberto Cabral Ribeiro como chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército. Ainda em inícios de 1978, teve o nome cogitado por setores de oposição militar para concorrer à presidência da República na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), contra a candidatura do general João Figueiredo, apoiada pela Arena. A indicação oposicionista acabou recaindo no general Euler Bentes Monteiro, derrotado por Figueiredo nas eleições indiretas realizadas em outubro de 1978.

Deixou o Departamento Geral de Pessoal do Exército em abril de 1978, transferindo o cargo para o general Antônio Carlos de Andrade Serpa, que o assumiu no mês seguinte. Ainda em abril de 1978, foi empossado na chefia do Departamento de Engenharia e Comunicações do Exército, onde sucedeu ao general Vinitius Nazaré Notare. Passando à reserva remunerada em novembro de 1978 por ter atingido o tempo máximo para a permanência no serviço ativo, foi substituído no cargo, no mês seguinte, pelo general José Ferraz da Rocha.

Durante sua carreira militar fez também os cursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da ESG, ambos no Rio, tendo estagiado no Engineer Replacement Training Center em Fort Belvior, nos Estados Unidos.

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; *Jornal do Brasil* (10/7, 11/10, 24/11 e 21/12/78); MIN. GUERRA. *Almanaque* (1976); NÉRI, S. *16; Perfil* (1972).

TOURINHO, Antônio Bento Monteiro

- militar; rev. 1935.

Antônio Bento Monteiro Tourinho nasceu no estado do Rio Grande do Sul no dia 29 de julho de 1912, filho de Diógenes Monteiro Tourinho.

Sentou praça em abril de 1931, ingressando na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Em novembro de 1933 foi declarado aspirante-a-oficial da arma de infantaria, sendo transferido para o 3º Regimento de Infantaria (3º RI), no Distrito Federal, em fevereiro de 1934. Promovido a segundo-tenente em setembro do mesmo ano, passou a comandar a 6ª Companhia de Fuzileiros do 3º RI em outubro seguinte.

Em julho de 1935 o governo fechou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), criada nesse mesmo ano com um programa nacionalista, democrático e antifascista. Os setores de esquerda da ANL – cujo presidente de honra era Luís Carlos Prestes, ex-dirigente do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil – mantiveram-se articulados, visando deflagrar uma revolta que instaurasse um governo sob a direção dos aliancistas. O movimento eclodiu em Natal no dia 23 de novembro e, dias após, em Recife, sendo rapidamente debelado. No Rio de Janeiro, o movimento foi deflagrado no dia 27, no 3º RI, na Praia Vermelha, e parcialmente na Escola de Aviação Militar. Tourinho, que desde junho passara a comandante da 5ª Companhia de Fuzileiros do 3º RI, participou do levante, juntamente com o tenente José Gutman, responsabilizando-se pela prisão do comandante do seu batalhão, major José de Oliveira Pimentel.

Os revolucionários isolaram o posto de comando legalista e tomaram o comando de todas as companhias, exceto as companhias de metralhadoras leves do primeiro e do segundo batalhões, que, após alguma resistência, acabaram por se render. Essa resistência, porém, retardou os planos dos revoltosos de sair do quartel e tomar diversos locais estratégicos do Rio de Janeiro. Cercados por terra e mar por tropas legalistas comandadas pelo general Eurico Gaspar Dutra, comandante da 1ª Região Militar, os rebeldes foram obrigados a deixar o quartel, rendendo-se no final do mesmo dia. Preso, Tourinho respondeu ao inquérito instaurado pela polícia do Rio de Janeiro, sendo cassado pelo decreto 558 em dezembro do mesmo ano. Condenado em maio de 1937 pelo Tribunal de Segurança Nacional a dez anos de prisão, foi libertado em abril de 1945, em conseqüência do Decreto-Lei nº 7.474, que concedeu anistia a todos os que haviam cometido crimes políticos desde 1934.

FONTES: ARAÚJO, M. *Cronologia 1943;* ARQ. MIN. EXÉRC.; BARATA, A. *Vida;* CAMPOS, R. *Tribunal;* MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934); PORTO, E. *Insurreição;* SILVA, H. *1935;* SILVA, H. *1937;* SILVA, H. *1945.*

TOURINHO, Genival

- dep. fed. MG 1975-1983.

Mário Genival Tourinho nasceu em Montes Claros (MG) no dia 4 de maio de 1933, filho de Mário da Costa Tourinho e de Anésia da Cunha Tourinho.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em 1958 e realizou curso de doutorado na Universidade Federal de Minas Gerais em 1959.

Advogado, funcionário público e fazendeiro, foi oficial-de-gabinete de Álvaro Marcílio, secretário de Agricultura do estado de Minas Gerais em 1956. Exerceu também o cargo de procurador do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE) e de assistente jurídico do estado de Minas Gerais.

Iniciou sua atividade política no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Após o movimento político-militar de março de 1964, com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nessa legenda candidatou-se a deputado estadual em Minas Gerais no pleito de novembro de 1966, alcançando uma suplência. Ocupou uma cadeira na Assembléia mineira entre abril e outubro de 1969.

Nas eleições de novembro de 1974 foi eleito deputado federal por seu estado na legenda do MDB, assumindo sua cadeira em fevereiro do ano seguinte. Nos trabalhos parlamentares foi membro das comissões de Educação e Cultura e do Polígono das Secas e suplente da Comissão de Trabalho e Legislação Social. Foi também autor do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, posteriormente, seu relator.

Em janeiro de 1977, aproximadamente dois anos depois de iniciar seu mandato, afirmou que ingressaria num partido socialista brasileiro, caso não existissem apenas dois partidos. Admirador de Juscelino Kubitschek, para quem defendia a anistia como fator mesmo de reconciliação nacional, nessa mesma ocasião declarou-se favorável à proposta de "não revanchismo" defendida pelo deputado gaúcho Pedro Simon ao se referir à normalização democrática. Em dezembro do mesmo ano declarou em entrevista à imprensa que não tinha nenhuma simpatia pelo presidente Ernesto Geisel (1974-1979) "porque ele tem vocação prussiana, que não se coaduna com o temperamento aberto, transigente do povo brasileiro". Salientou que não confiava "na visão global de um brasileiro de primeira geração de imi-

grantes" e que não gostava de "elementos que pertencem a igrejas minoritárias, porque não são transigentes e se julgam predestinados e porta-vozes da vontade divina".

Foi o primeiro parlamentar oposicionista a reconhecer a existência de comunistas no MDB, ao afirmar que esse partido era "uma frente ampla contra o governo, constituída por direitistas, comunistas, centristas e outros que lutam pela redemocratização do país".

Reeleito em novembro de 1978, ainda na legenda do MDB, em fevereiro do ano seguinte moveu uma ação popular contra o presidente Geisel e o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, acusando-os de abuso de autoridade por terem pago a um grupo francês uma dívida de 12 milhões de dólares, ainda não reconhecida pela Justiça, e que seria do estado de Minas Gerais e não da União.

Em novembro de 1979, poucos dias antes da extinção do bipartidarismo (29/11/1979), anunciou que iria filiar-se ao partido trabalhista organizado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola. Nessa ocasião declarou que o grupo trabalhista já contava com 38 deputados federais e dois senadores e que não acreditava em dificuldades de formação do partido em Minas: "Esse negócio de que mineiro é contra Brizola tem muito de crendice." Com a reformulação partidária, filiou-se inicialmente ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No entanto, quando em maio de 1980 a sigla do PTB foi concedida à ex-deputada Ivete Vargas por decisão do Tribunal Superior Eleitoral, passou a organizar o Partido Democrático Trabalhista (PDT), sob a liderança de Brizola.

Em julho de 1980, durante um almoço oferecido a Brizola em Montes Claros, proferiu um discurso acusando os generais Antônio Bandeira, comandante do III Exército, com sede em Porto Alegre, Milton Tavares de Sousa, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, e José Luís Coelho Neto, comandante da 4ª Divisão de Exército, com sede em Belo Horizonte, de serem alguns dos líderes da chamada Operação Cristal, que estaria coordenando atentados terroristas e atos de violência de extrema direita. No mês seguinte reafirmou esse pronunciamento perante a CPI do Terrorismo na Assembléia Legislativa mineira. Em virtude dessas declarações, começou a ser processado em setembro de 1980 pelo ministro do Exército, general Válter Pires, através de denúncia encaminhada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo procurador-geral da República, Firmino Ferreira Paz, pedindo que fosse condenado a uma pena de seis meses a dois anos de detenção.

Ainda em setembro, foi vítima de um assalto e agredido fisicamente quando se dirigia ao aeroporto de Brasília. Na ocasião, o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, orientou pessoalmente a operação policial para investigar o caso. No mesmo mês, o Instituto de Criminalística da Secretaria de Segurança de Brasília concluiu que duas balas de calibre 32 atingiram o pneu direito traseiro do automóvel que transportava Tourinho. Segundo o próprio deputado, o assalto não passou de uma simulação com o objetivo de intimidá-lo.

Em março de 1981, o STF decidiu aceitar a denúncia contra Tourinho com base na Lei de Segurança Nacional. Em sua defesa foram arroladas oito testemunhas, inclusive um ex-agente do Centro de Informações da Marinha (Cenimar), Nélson Gatvão Sarmento, que lhe teria informado sobre os atentados da Operação Cristal. Em seu depoimento, Sarmento confirmou ser o autor das informações e acrescentou que a Operação Cristal fazia parte de um movimento de militares dissidentes de "linha dura", que participaram do Movimento Militar Democrático (MMD) com o objetivo principal de afastar o chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, Golberi do Couto e Silva, e, conseqüentemente, o presidente João Figueiredo.

Durante a pré-convenção do PDT realizada em agosto de 1981, Genival Tourinho teve seu nome lançado como candidato ao governo de Minas. Posteriormente, contudo, desligou-se do partido por considerar inviável sua organização no estado antes das eleições de 1982. Em outubro de 1981 ingressou no Partido Popular (PP) durante a reunião da executiva nacional do partido, convocada especialmente para aquele ato. No mês seguinte foi condenado pelo STF a seis meses de prisão, mas o tribunal concedeu-lhe a suspensão condicional da pena, sem condições especiais, pelo prazo de dois anos, o que lhe permitiria continuar no exercício de seu mandato, mas o tornava inelegível para o pleito de novembro de 1982.

Com a incorporação do PP ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) em fevereiro de 1982, filiou-se a essa última agremiação. Em seu segundo mandato foi vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, membro das comissões de Educação e Cultura, de Trabalho e Legislação Social e da CPI destinada a investigar as causas das elevadas taxas de juros nos diversos setores do sistema financeiro nacional, além de suplente das comissões de Segurança Nacional e de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e da CPI destinada a investigar as causas e conseqüências das cheias do rio São Francisco. Deixou a Câmara ao final da legislatura, em janeiro de 1983, e dois meses depois assumiu a presidência do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (IPSEMG).

Foi ainda proprietário da Cerâmica Colonial, em sua cidade.

Casou-se com Ester Antonieta Ferreira Tourinho, com quem teve dois filhos.

Publicou *Da dissolução das sociedades por quotas de responsabilidade limitada* (monografia).

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados;* CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (8); *Estado de São Paulo* (10, 11 e 18/3, 15, 20 e 22/5, 9 e 11/8, 23, 24, 25, 26 e 30/9, 20/10, 25/11, 2 e 3/12/81); *Folha de São Paulo* (18, 20 e 21/3, 25 e 30/4, 5, 14, 15, 20 e 24/5, 9/7, 10 e 29/10, 29/11 e 8/12/81); *Globo* (30/9, 7 e 11/10/80; 11/3, 20 e 22/5, 18/7 e 27/12/81); *Jornal do Brasil* (20/6/76; 29 e 30/1, 18/8 e 1/12/77; 21/2/78; 25/2, 11/9 e 17/11/79; 19/6, 30/8, 12, 13, 14, 20 e 30/9, 3, 7, 9 e 25/10 e 2, 11 e 14/11/80; 18 e 19/3, 27/4, 14, 15, 22 e 24/5, 3, 4, 6 e 26/12/81); NERI, S. *16*; *Perfil* (1980); *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76).

TOURINHO, Luís

* militar; dep. fed. PR 1955-1959.

Luís Carlos Pereira Tourinho nasceu em Curitiba no dia 19 de dezembro de 1913, filho de Plínio Alves Monteiro Tourinho e de Ester Pereira Tourinho. Seu pai [illegible] chefes da Revolução de 1930 no Par[illegible] gado militar em 1930, constituinte e[illegible] deputado federal de 1935 até 1937, [illegible] um dos fundadores e catedráticos da Universidade do Paraná. Seu tio pelo lado paterno, Mário Alves Monteiro Tourinho, foi interventor no Paraná entre 1930 e 1932, substituindo seu irmão Plínio Alves. Seu irmão Afrton Tourinho exerceu importantes comandos no Exército.

Luís Tourinho estudou no grupo escolar anexo à Escola Normal Secundária de Curitiba e no Colégio Dutlio Calderari. Fez o secundário no Ginásio Paranaense e ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, sendo declarado aspirante-a-oficial da arma de engenharia em 1933. Cursou também a Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, diplomando-se em engenharia civil em 1938, e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Como oficial do Exército, comandou o 5º Batalhão de Engenharia e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Curitiba, além de ter dirigido o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná e a Companhia Paranaense de Eletricidade.

No pleito de outubro de 1950 elegeu-se terceiro suplente de deputado estadual no Paraná na legenda do Partido Social Progressista (PSP), não tendo exercido o mandato nessa legislatura.

Autor do Pano Rodoviário do Paraná em 1951 e membro do Conselho Rodoviário e do Conselho de Trânsito do Paraná entre 1951 e 1954, representou seu estado nas reuniões da Comissão da Bacia Paraná–Uruguai, de 1953 a 1954, e organizou a V Reunião das Administrações Rodoviárias, realizada em Curitiba em 1953.

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pelo Paraná na legenda do PSP, tendo sido o candidato mais votado no estado. Exerceu o mandato durante toda a legislatura, de fevereiro de 1955 a janeiro de 1959.

Organizador da V Reunião de Consulta sobre Cartografia, realizada em Curitiba em 1960, e representante da Associação Comercial do Paraná no Congresso Rodoviário comemorativo do IV Centenário de São Paulo, participou também de diversos congressos rodoviários, de cartografia, geografia, história e engenharia.

Já no posto de general, foi interventor federal no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), de julho de 1968 a janeiro de 1969, membro da Comissão de Alto Nível da Reforma Agrária em 1968, engenheiro-chefe do escritório do Consórcio Serete-Tecnosolo, em Curitiba, para o projeto final de engenharia da ferrovia Curitiba–Paranaguá, presidente do Instituto de Engenharia do Paraná no biênio 1973-1974 e presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense no biênio 1972-1973 e no seguinte.

Na Universidade Federal do Paraná foi membro da congregação, diretor e catedrático da Escola de Engenharia, membro da Comissão de Reforma da universidade e do conselho universitário entre 1971 e 1972.

Casou-se com Sílvia Nascimento Tourinho, com quem teve quatro filhos.

Publicou *O fator natureza e a produção do Paraná* (tese, 1949), *Economia política e estatística* (1949), *Economia política e finanças*